



Concurso Público para provimento de vagas de
Analista Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova '03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal de sala para devolver este caderno de prova, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação..
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

O arroz da raposa

Julio Cortázar tem um conto que sai de um palíndromo – “Satarsa”. Um menino brinca de desarticular as palavras. No fundo, um escritor é um sujeito que pela vida afora continua a mexer com as palavras. Para diante delas, estranha esta, questiona aquela. O menino de Cortázar, que devia ser ele mesmo, virava a palavra pelo avesso e se encantava. Saber que a leitura pode ser feita de trás para diante é uma aventura.

E às vezes dá certo. No conto “Satarsa”, a palavra é ROMA. Lida ao contrário, também faz sentido. Deixa de ser ROMA e vira AMOR. Para o leitor adulto e apressado, isso pode ser uma bobagem. Para o menino é uma descoberta fascinante. Olhos curiosos, o menino vê a partir daí que o mundo pode ser arrumado de várias maneiras. Não só o mundo das palavras. É a partir dessa possibilidade de mudar que o mundo se renova. E melhora.

Ou piora. Não teria graça se só melhorasse. O risco de piorar é fundamental na aventura humana. Mas estou me afastando da história do Cortázar. E sobretudo do que pretendo dizer. Ou pretendia. No embalo das palavras, vou me deixando arrastar de brincadeira, como o menino do conto. Um dia ele encontrou esta frase: “Dábale arroz a la zorra el abad”. Em português, significa: “O vigário dava arroz à raposa”. Soa estranho isso, não soa?

Mesmo para um menino aberto ao que der e vier, a frase é bastante surrealista, mas o que importa é que a oração em espanhol pode ser lida de trás para diante. E fica igualzinha. Pois este palíndromo não só encantou o menino Cortázar, como decidiu o seu destino de escritor. Isto sou eu quem digo.

Ele percebeu aí que as palavras podem se relacionar de maneira diferente. E mágica. Sem essa consciência, não há poeta, nem poesia. Como a criança, o poeta tem um olhar novo. Lê de trás para diante. Cheguei até aqui e não disse o que queria. Digo então que tentei uma série de anagramas com o Brasil de hoje. Quem sabe virando pelo avesso a gente acha o sentido?

(Adaptado de Otto Lara Resende. **Bom dia para nascer**. S.Paulo: Cia. das Letras, 2011. p.296-7)

1. No texto, o autor sugere que

- (A) as frases mais estranhas seriam aquelas mais plenas de sentido.
- (B) as palavras só adquiririam sentido quando lidas pelo avesso.
- (C) o conhecimento do Brasil atual só pode ser aprofundado por meio da poesia.
- (D) o conto “Satarsa”, de Julio Cortázar, seria autobiográfico.
- (E) a poesia só seria válida quando colocada a serviço da atuação política.

2. O segmento cujo sentido está adequadamente expresso em outras palavras é:

- (A) *sobretudo do que pretendo dizer* = mormente do que tenciono exprimir
- (B) *a frase é bastante surrealista* = a oração é um tanto quanto pictórica
- (C) *O risco de piorar é fundamental* = A possibilidade de onerar é insofismável
- (D) *tentei uma série de anagramas* = busquei diferentes antíteses
- (E) *virava a palavra pelo avesso* = trocava o vocábulo de lugar

3. Ou pretendia.

O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:

- (A) ... ao que der ...
- (B) ... virava a palavra pelo avesso ...
- (C) Não teria graça ...
- (D) ... um conto que sai de um palíndromo ...
- (E) ... como decidiu o seu destino de escritor.

4. Ao se substituir o elemento grifado em um segmento do texto, o pronome foi empregado de modo INCORRETO em:

- (A) *Julio Cortázar tem um conto* = Julio Cortázar tem-no
- (B) *ele encontrou esta frase* = ele encontrou-a
- (C) *desarticular as palavras* = desarticular-lhes
- (D) *dava arroz à raposa* = dava-lhe arroz
- (E) *não só encantou o menino* = não só o encantou

5. Atente para as afirmações abaixo.

- I. A frase *Sem essa consciência, não há poeta* pode ser corretamente reescrita do seguinte modo: **Não há essa consciência em quem não seja poeta.**
- II. A frase *este palíndromo não só encantou o menino Cortázar, como decidiu o seu destino de escritor* tem seu sentido corretamente reproduzido nesta outra construção: **este palíndromo, além de ter encantado o menino Cortázar, decidiu o seu destino de escritor.**
- III. Em *Mesmo para um menino aberto ao que der e vier, a frase é bastante surrealista*, a substituição do verbo **é** por **parecia** implica a alteração do segmento grifado para **um menino aberto ao que desse e viesse**.

Está correto o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

6. *Não teria graça se só melhorasse.*

O elemento grifado na frase acima pode ser corretamente substituído por:

- (A) conquanto.
- (B) porquanto.
- (C) caso.
- (D) pois.
- (E) embora.



7. Julio Cortázar tem um conto que de um palíndromo – “Satarsa”. Um menino de desarticular as palavras. No fundo, um escritor é um sujeito que pela vida afora continua a com as palavras.

Respeitando-se a correção gramatical, as lacunas da frase acima podem ser preenchidas, na ordem dada, por:

- (A) se prende - joga - conviver
 (B) procede - distrai-se - praticar
 (C) nasce - entretém-se - manipular
 (D) se inspira - cuida - cultivar
 (E) provém - ocupa-se - lidar

8. Está inteiramente adequada a pontuação da frase:

- (A) Como já se disse, poeta é aquele que, ao aplicar-se conscientemente à difícil arte do desaprender, passa a ver o mundo com olhar infantil, despido das camadas de preconceitos e prejuízos que, quase sempre à nossa revelia, acumulamos ao longo da vida adulta.
- (B) Como, já se disse, poeta é aquele que ao aplicar-se conscientemente à difícil arte do desaprender, passa a ver o mundo, com olhar infantil, despido das camadas de preconceitos e prejuízos, que quase sempre à nossa revelia, acumulamos ao longo da vida adulta.
- (C) Como já se disse poeta é aquele, que ao aplicar-se conscientemente à difícil arte do desaprender, passa a ver o mundo com olhar infantil despido das camadas de preconceitos e prejuízos que, quase sempre à nossa revelia acumulamos, ao longo da vida adulta.
- (D) Como já se disse poeta, é aquele que ao aplicar-se conscientemente à difícil arte do desaprender, passa a ver o mundo com olhar infantil despido das camadas de preconceitos, e prejuízos, que quase sempre à nossa revelia acumulamos ao longo da vida adulta.
- (E) Como já se disse, poeta é aquele que ao aplicar-se, conscientemente, à difícil arte do desaprender passa a ver, o mundo, com olhar infantil despido das camadas de preconceitos e prejuízos que quase sempre, à nossa revelia, acumulamos ao longo da vida adulta.

Atenção: Para responder às questões de números 9 a 15, considere o texto apresentado abaixo.

Comprometido no plano nacional com os direitos humanos, com a democracia, com o progresso econômico e social, o Brasil incorpora plenamente esses valores a sua ação externa.

Ao velar para que o compromisso com os valores que nos definem como sociedade se traduza em atuação diplomática, o Brasil trabalha sempre pelo fortalecimento do multilateralismo e, em particular, das Nações Unidas.

A ONU constitui o foro privilegiado para a tomada de decisões de alcance global, sobretudo aquelas relativas à paz e à segurança internacionais e a ações coercitivas, que englobam sanções e uso da força.

A relação entre a promoção da paz e segurança internacionais e a proteção de direitos individuais evoluiu de forma significativa ao longo das últimas décadas, a partir da constituição das Nações Unidas, em 1945.

Desde a adoção da Carta da ONU, a relação entre promover direitos humanos e assegurar a paz internacional passou

por várias etapas. Em meados da década de 90 surgiram vozes que, motivadas pelo justo objetivo de impedir que a inação da comunidade internacional permitisse episódios sangrentos como os da Bósnia, forjaram o conceito de "responsabilidade de proteger".

A Carta da ONU, como se sabe, prevê a possibilidade do recurso à ação coercitiva, com base em procedimentos que incluem o poder de veto dos atuais cinco membros permanentes no Conselho de Segurança – órgão dotado de competência primordial e intransferível pela manutenção da paz e da segurança internacionais.

O acolhimento da responsabilidade de proteger teria de passar, dessa maneira, pela caracterização de que, em determinada situação específica, violações de direitos humanos implicam ameaça à paz e à segurança.

Para o Brasil, o fundamental é que, ao exercer a responsabilidade de proteger pela via militar, a comunidade internacional, além de contar com o correspondente mandato multilateral, observe outro preceito: o da responsabilidade ao proteger. O uso da força só pode ser contemplado como último recurso.

Queimar etapas e precipitar o recurso à coerção atenta contra os princípios do direito internacional e da Carta da ONU. Se nossos objetivos maiores incluem a decidida defesa dos direitos humanos em sua universalidade e indivisibilidade, como consagrado na Conferência de Viena de 1993, a atuação brasileira deve ser definida caso a caso, em análise rigorosa das circunstâncias e dos meios mais efetivos para tratar cada situação específica.

Devemos evitar, especialmente, posturas que venham a contribuir – ainda que indiretamente – para o estabelecimento de elo automático entre a coerção e a promoção da democracia e dos direitos humanos. Não podemos correr o risco de regredir a um estado em que a força militar se transforme no árbitro da justiça e da promoção da paz.

(Adaptado de Antonio de Aguiar Patriota. "Direitos humanos e ação diplomática". Artigo publicado na **Folha de S. Paulo**, em 01/09/2011, e disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/-ministro-estado-relacoes-exteriores/direitos-humanos-e-acaodiplomatica-folha-de-s.paulo-01-09-2011>).

9. Ao considerar o posicionamento do Brasil, o autor do texto

- (A) critica a inoperância da *comunidade internacional* que, em sua visão, desde a criação da Carta da ONU, nada fez para assegurar a defesa dos direitos humanos e, assim, provocou guerras e genocídios.
- (B) assinala a diferença entre *responsabilidade de proteger* e *responsabilidade ao proteger*, o que significa que o país defende o uso de ações militares para restaurar a paz apenas como último recurso.
- (C) entende como necessário, embora não desejável, lançar mão da *força militar*, ainda que sem a legitimação do Conselho de Segurança da ONU, para garantir a proteção dos direitos humanos em situações de conflito.
- (D) reconhece a necessidade de se recorrer à *ação coercitiva*, ou seja, à intervenção militar, sempre que a segurança internacional for posta em risco, conforme consagrado na *Conferência de Viena de 1993*.
- (E) estabelece, de modo realista, *um elo automático entre a coerção e a promoção da democracia*, o que justifica a primazia da intervenção militar, medida necessária nos casos em que a promoção da paz evidentemente não se daria pelo diálogo.



10. Para o Brasil, o fundamental é que, ao exercer a responsabilidade de proteger pela via militar, a comunidade internacional [...] observe outro preceito ...

Transpondo-se o segmento grifado acima para a voz **passiva**, a forma verbal resultante será:

- (A) é observado.
- (B) seja observado.
- (C) ser observado.
- (D) é observada.
- (E) for observado.

11. ... o recurso à coerção **atenta** contra os princípios do direito internacional...

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

- (A) *Se nossos objetivos maiores incluem a decidida defesa dos direitos humanos...*
- (B) *... o Brasil incorpora plenamente esses valores a sua ação externa ...*
- (C) *A ONU constitui o foro privilegiado para ...*
- (D) *Em meados da década de 90 surgiram vozes que ...*
- (E) *... a relação [...] passou por várias etapas.*

12. Devemos evitar, especialmente, posturas que venham a contribuir – ainda que indiretamente – para o estabelecimento de elo automático entre a coerção e a promoção da democracia e dos direitos humanos.

Mantendo-se a correção e a lógica, uma redação alternativa para a frase acima está em:

- (A) Deve ser especialmente evitada posturas que possam contribuir, embora de maneira apenas indireta, para o estabelecimento de elo automático entre a coerção e a promoção da democracia e dos direitos humanos.
- (B) Posturas que contribuem, para o estabelecimento de elo automático entre a coerção e a promoção da democracia e dos direitos humanos, devem ser especialmente evitados, ainda que indiretamente.
- (C) Ainda que contribua, apenas indiretamente, para o estabelecimento de elo automático entre a coerção e a promoção da democracia e dos direitos humanos, tais posturas devem ser especialmente evitadas.
- (D) Posturas que contribuam, mesmo que de maneira indireta, para o estabelecimento de elo automático entre a coerção e a promoção da democracia e dos direitos humanos, devem ser especialmente evitadas.
- (E) Conquanto contribuam apenas de modo indireto, posturas que estabeleçam elo automático entre a coerção e a promoção da democracia e dos direitos humanos, devem ser especialmente evitadas.

13. Do mesmo modo que no segmento **ameaça à paz e à segurança**, o sinal indicativo de crase também está corretamente empregado em:

- (A) O mais grave foi a ameaça à integridade física da vítima.
- (B) A crise econômica ameaça à preservação do acervo de vários museus.
- (C) Certos animais reagem agressivamente a ameaças à seus interesses.
- (D) Houve ameaça à grupo de manifestantes presos durante protesto.
- (E) A censura ameaça à liberdade de criação.

14. Atente para as afirmações abaixo.

- I. *Ao velar para que o compromisso com os valores que nos definem como sociedade se traduza em atuação diplomática, o Brasil trabalha sempre pelo fortalecimento do multilateralismo e, em particular, das Nações Unidas.* (2º parágrafo)

Na frase acima, uma vírgula poderia ser colocada imediatamente após *sociedade*, sem prejuízo para a correção e o sentido.

- II. *O acolhimento da responsabilidade de proteger teria de passar, dessa maneira, pela caracterização de que, em determinada situação específica, violações de direitos humanos implicam ameaça à paz e à segurança.* (7º parágrafo)

As vírgulas que isolam o segmento *em determinada situação específica* podem ser substituídas por travessões, sem prejuízo para a correção.

- III. *Em meados da década de 90 surgiram vozes que, motivadas pelo justo objetivo de impedir que a inação da comunidade internacional permitisse episódios sangrentos como os da Bósnia, forjaram o conceito de "responsabilidade de proteger".* (5º parágrafo)

Na frase acima, uma vírgula poderia ser colocada imediatamente após *90*, sem prejuízo para a correção e o sentido.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II.
- (B) I.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

15. O verbo flexionado no singular que também pode ser corretamente flexionado no plural, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, está destacado em:

- (A) Para promover os direitos humanos, a consolidação da democracia em todos os países **é** extremamente necessária.
- (B) Cada um dos países do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) **há** de zelar pela manutenção dos Direitos Humanos.
- (C) A comunidade internacional **trata** os direitos humanos de forma global, justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase.
- (D) A maior parte dos países **compreende** que o direito ao trabalho é de vital importância para o desenvolvimento de povos e nações.
- (E) A declaração de Direitos Humanos de Viena, de 1993, **reconhece** uma série de direitos fundamentais, como o direito ao desenvolvimento.



Atos Normativos

16. Nos termos da Resolução nº 147/2011, do Conselho da Justiça Federal, recursos, espaço e imagem do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau NÃO poderão, sob qualquer hipótese, ser usados para atender a interesses

- (A) políticos, apenas.
- (B) pessoais ou partidários, apenas.
- (C) pessoais, apenas.
- (D) partidários ou políticos, apenas.
- (E) pessoais, políticos ou partidários.

17. O Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau

- (A) proíbe atitudes discriminatórias ou preconceituosas, todavia, permite de forma excepcional, atos que caracterizem proselitismo partidário.
- (B) dispõe que a conduta de seus destinatários deve ser pautada por princípios, dentre eles, a moralidade e a integridade.
- (C) integrará todos os contratos de prestação de serviços, de forma a assegurar o alinhamento entre os colaboradores, salvo os contratos de estágio.
- (D) não tem por finalidade oferecer atitudes que orientem decisões institucionais.
- (E) prescreve que seus destinatários devem observá-lo, não sendo necessário, no entanto, firmar termo de compromisso declarando ciência e adesão.

18. De acordo com as disposições previstas no Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, considere:

- I. É de responsabilidade dos destinatários do Código zelar pela integridade dos bens pertencentes aos órgãos onde atuam, inclusive sua reputação, propriedade intelectual e informações confidenciais, estratégicas ou sensíveis, com exceção dos bens intangíveis.
- II. Os recursos de comunicação e tecnologia de informação disponíveis no Conselho e na Justiça Federal de primeiro e segundo grau devem ser utilizados com a estrita observância dos normativos internos vigentes, notadamente no que tange à utilização e à proteção das senhas de acesso.
- III. É obrigatório aos servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau garantir a publicidade de seus atos e a disponibilidade de informações corretas e atualizadas que permitam o conhecimento dos aspectos relevantes da atividade sob sua responsabilidade, bem como assegurar que a divulgação das informações aconteça no menor prazo e pelos meios mais rápidos.
- IV. O Conselho e a Justiça Federal de primeiro e segundo grau exigirão de seus servidores, no exercício de seus misteres, responsabilidade social e ambiental.

Está correto o que consta em

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

19. Em fevereiro do ano corrente, Plínio, perito judicial, pretendendo atuar em uma determinada vara cível da Justiça Federal de Alagoas, na qual jamais havia sido nomeado, entrega, juntamente com seu portfólio e com o intuito de divulgar seu trabalho e possibilitar sua indicação pelo chefe do respectivo cartório aos juízes que atuam na vara, uma caixa de vinho francês e um aparelho de DVD portátil a Reinaldo, servidor público federal e chefe do cartório da mencionada vara cível. Cumpre salientar que Reinaldo aceita o presente, agradecendo a gentileza de Plínio. A conduta de Reinaldo

- (A) constitui prática vedada pelo Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau.
- (B) é expressamente permitida pelo Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, para os cargos específicos de perito judicial.
- (C) não constitui prática vedada pelo Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, embora seja uma atitude antiética.
- (D) é válida, pois os presentes estão acompanhados do portfólio do perito, ou seja, a finalidade da gentileza é divulgar o trabalho do *expert*.
- (E) é válida, desde que Plínio não passe a atuar em perícias na mencionada vara.

20. Túlio, analista judiciário do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, é surpreendido, no seu local de trabalho, por um jornalista que o solicita informações acerca de um importante processo judicial, que tramita em segredo de justiça, para futura publicação em jornal de âmbito nacional. Túlio, embora não mostre o processo judicial, relata o teor de decisão judicial nele proferida, objetivando, no seu entender, garantir a liberdade de imprensa. Túlio

- (A) agiu corretamente, pois apenas narrou o conteúdo de decisão, sem mostrar ou entregar o processo judicial ao jornalista.
- (B) não poderia ter relatado o conteúdo do processo judicial, salvo se o fizesse por meio da assessoria de imprensa do Tribunal.
- (C) não poderia, em qualquer hipótese, ter relatado o conteúdo do processo judicial ao mencionado jornalista.
- (D) não violou o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, embora sua conduta caracterize quebra de sigilo funcional.
- (E) praticou conduta expressamente permitida pelo Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Administração

21. A Teoria da Contingência considera as características do ambiente que determinam o projeto da estrutura de uma organização e os sistemas de controle. As organizações em ambientes mutantes escolhem uma estrutura

- (A) mecanicista.
- (B) orgânica.
- (C) tecnológica.
- (D) comportamental.
- (E) funcional.

22. Há quatro características específicas que servem de base para a definição de motivação: aquela que é definida como um fenômeno individual; a que é descrita, geralmente como intencional; a que tem o propósito de prever o comportamento e aquela

- (A) que é multifacetada.
- (B) que contém controle sobre o trabalhador.
- (C) que influencia o trabalhador na escolha da ação.
- (D) na qual a razão de cada pessoa é determinada pelo gestor.
- (E) que é racional.

23. A estrutura que NÃO se parece com uma pirâmide, porque existem duas bases de departamentalização operando simultaneamente, é denominada

- (A) Funcional.
- (B) Linha-staff.
- (C) Divisional.
- (D) Matricial.
- (E) Militar.

24. Para orientar-se sobre a realização da estratégia de uma organização é preciso, em princípio, desenvolver quatro atividades:

- análise dos aspectos internos;
- análise do ambiente;
- comparação da missão ou vocação; e
- estabelecimento da estratégia vigente.

A comparação entre a análise dos aspectos internos e do ambiente compreende:

	Aspectos Internos	Ambiente
O que se procura	Eficiência	Eficácia
Horizonte de tempo analisado	<i>Presente</i>	<i>Futuro</i>
Produto	(1)	(2)
Ação	<i>A ação só depende da própria entidade</i>	<i>A entidade deverá se adaptar ao futuro do ambiente</i>

Completa corretamente a tabela acima:

- (A) (1) Foco na qualidade
(2) Foco no processo
- (B) (1) Ambiente do setor de atividade
(2) Ambiente da região onde se localiza
- (C) (1) Pontos fortes e fracos
(2) Oportunidades e ameaças
- (D) (1) Comparação com concorrentes
(2) Determinação de fatores críticos de sucesso
- (E) (1) Serviços comuns
(2) Tecnologia de ponta

25. A respeito do ambiente interno das organizações públicas, considere:

- I. Estrutura centralizada e tendência de achatamento.
- II. Crescimento da Organização.
- III. Os funcionários são chamados "servidores" pois têm que servir à população.
- IV. O que importa é seguir a legislação.

Com relação aos aspectos que estão diretamente relacionados com "funcionários", com a "cultura" e com a "hierarquia", é correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) III.
- (D) III e IV.
- (E) IV.

26. Um projeto exige coordenação das atividades, compreendendo momentos de análise crítica e de validação das soluções, sem com isso inviabilizar o trabalho dos especialistas envolvidos. É preciso reconhecer que o projeto é

- (A) processualmente distinto da tomada de decisão.
- (B) processualmente semelhante a mecanismos não humanos.
- (C) processualmente avaliado pelos seus erros de previsão.
- (D) um processo individualizado e prospectivo.
- (E) um processo interativo e coletivo.

27. Mapear a estrutura de um processo complexo é determinante para sua avaliação de forma simplificada. A sequência que possibilita questionar e melhorar esse processo é

- (A) criticar, rever e cortar.
- (B) documentar, ampliar e cortar.
- (C) medir, criticar e redesenhar.
- (D) entender, documentar e medir.
- (E) comparar, duplicar e executar.

28. Certo Tribunal Regional Federal, visando atender ao princípio da eficiência, identificou que 48% dos processos tramitam em atividades de prejulgamento. Deste total, 86% ficam retidos em atividades de recepção/protocolo, indicador que está diretamente relacionado

- (A) ao desempenho profissional.
- (B) ao padrão econômico-orçamentário.
- (C) à qualidade.
- (D) à tecnologia.
- (E) ao padrão contábil-orçamentário.



29. A competência que uma organização apresenta ao conceber e desenvolver produtos e processos de forma a alcançar a satisfação do cliente, com custos e prazos compatíveis, é o conceito de Qualidade de

- (A) Produto ou serviço.
- (B) Processo.
- (C) Projeto.
- (D) Pós-venda.
- (E) Atendimento.

30. O principal objetivo em manter um regime de compras governamental e é permitir competição entre os fornecedores potenciais e assegurar que o melhor preço seja obtido.

Preenche corretamente as lacunas da frase acima:

- (A) aberto; discriminatório
- (B) fechado; discriminatório
- (C) aberto; não discriminatório
- (D) fechado; não discriminatório
- (E) discriminatório; arbitrário

31. Considere os seguintes princípios:

- I. Julgamento subjetivo, respeitado o interesse público.
- II. Probidade administrativa.
- III. Vinculação ao instrumento convocatório.
- IV. Publicidade.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com determinados princípios. Dentre eles, os indicados APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I e II.
- (C) I, III e IV.
- (D) III.
- (E) II e III.

32. O art. 6º da Lei nº 10.520/2002 afirma que, apresentadas as propostas, estas terão um prazo de validade, estipulado pela lei em vigor, igual a

- (A) 120 (cento e vinte) dias, no mínimo.
- (B) 90 (noventa) dias, se outro não estiver fixado no edital.
- (C) 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.
- (D) 45 (quarenta e cinco) dias, a menos que outro esteja fixado com prazo maior.
- (E) 30 (trinta) dias, a menos que outro esteja fixado com prazo maior.

Noções de Administração Pública

33. Investido em um cargo, gozando de estabilidade, as circunstâncias pelas quais um servidor público poderá perder o cargo, no prazo mínimo estabelecido em lei, são:

- (A) Processo administrativo, desempenho insuficiente apurado por superiores em três anos consecutivos e inquérito policial.
- (B) Desempenho insuficiente apurado a partir de dois anos de estabilidade, processo administrativo e sentença judicial.
- (C) Processo administrativo, desempenho insuficiente apurado em avaliações de desempenho periódicas e sentença judicial.
- (D) Inquérito policial, aplicação de sanções administrativas e desempenho insuficiente apurado em dois anos consecutivos.
- (E) Inquérito judicial, processo administrativo, desempenho insuficiente apurado em avaliações de desempenho periódicas.

34. Considere:

- I. Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.
- II. Presidente e diretores do Banco Central.
- III. Procurador-Geral da República.
- IV. Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha, dentre outros, dos indicados APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I e III.
- (E) I, II e III.

35. No tocante à competência do Superior Tribunal de Justiça, considere:

- I. *Habeas data* contra ato de Ministro de Estado.
- II. Mandado de segurança decidido em única instância pelos Tribunais Regionais Federais, quando denegatória a decisão.
- III. Conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União.
- IV. Crime comum praticado por Governador de Estado.
- V. Litígio entre organismo internacional e a União.

São processadas e julgadas originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) III, IV e V.
- (C) I, IV e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e V.



36. Marta, estudante de Direito da Universidade X, está preparando palestra para seus colegas de classe, requerida pelo professor de Direito Constitucional a respeito do Supremo Tribunal Federal. Para enriquecer seu trabalho, Marta procurou seu amigo Carlos, brilhante advogado, que lhe informou que o Supremo Tribunal Federal
- (A) é composto por Membros que possuem, no mínimo, trinta e um anos de idade.
 - (B) é composto por quinze Ministros.
 - (C) terá seus Ministros nomeados pelo Presidente da República após aprovação do Procurador-Geral da República.
 - (D) possui competência para processar e julgar, originariamente, a homologação de sentenças estrangeiras.
 - (E) possui competência para julgar, em recurso ordinário, o crime político.
37. Em relação aos direitos e vantagens dos servidores federais, considere:
- I. A remuneração é maior que o vencimento.
 - II. Pensão é a retribuição pecuniária a que faz jus o aposentado.
 - III. O auxílio moradia pode ser concedido por até 7 anos, a cada período de 10 anos.
 - IV. Servidor demitido, em débito com o erário, tem até 60 dias para quitá-lo.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) I e IV.
 - (E) II, III e IV.
38. Contempla situação concreta que traduz o exercício do poder disciplinar conferido à Administração Pública:
- (A) interdição de estabelecimento comercial em função de descumprimento de normas de segurança.
 - (B) aplicação de penalidade a particular que celebre contrato com a Administração Pública, em face do descumprimento de obrigação decorrente do referido vínculo.
 - (C) edição de resoluções, portarias, instruções e outros atos normativos para ordenar a atuação de órgãos subordinados.
 - (D) avocação de atribuições, desde que não sejam de competência exclusiva de órgãos subordinados.
 - (E) edição de regulamentos administrativos ou de organização, para disciplinar a fiel execução da lei.
39. O ato administrativo unilateral, precário e discricionário pelo qual a Administração faculta o desempenho de atividade material que, sem esse consentimento, seria legalmente proibido, é denominado
- (A) Licença.
 - (B) Autorização.
 - (C) Admissão.
 - (D) Homologação.
 - (E) Decreto.
40. Em processo administrativo instaurado por cidadão para tutela de interesse individual, regido pela Lei nº 9.784/1999, constatou-se a necessidade de instrução probatória para coletar os dados necessários à decisão do processo. De acordo com as disposições do referido diploma legal,
- (A) o interessado poderá requerer à Administração o fornecimento de documentos e dados que se encontrem em poder de órgão administrativo e, caso negado tal requerimento, caberá o arquivamento do processo.
 - (B) compete, exclusivamente, ao interessado a produção das provas necessárias à comprovação de sua pretensão e à Administração o fornecimento de provas em sentido contrário.
 - (C) as atividades de instrução serão realizadas de ofício ou mediante impulso do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo da atuação probatória do interessado.
 - (D) compete exclusivamente ao órgão responsável pelo processo a averiguação e comprovação dos dados necessários à tomada de decisão.
 - (E) quando os documentos necessários à apreciação do pedido formulado encontrarem-se em poder do interessado, o órgão responsável pela condução do processo poderá requisitá-los e, em não sendo apresentados no prazo fixado, determinar a aplicação de multa.
41. A atuação da Administração Pública
- (A) não admite discricionariedade, em face do princípio da legalidade previsto na Constituição Federal.
 - (B) possui caráter discricionário, afastando a possibilidade de atos vinculados.
 - (C) é pautada pelo princípio da legalidade, o que determina a prática de atos vinculados, reservada a discricionariedade apenas para o mérito de tais atos.
 - (D) não admite discricionariedade, salvo em relação às atividades de organização e funcionamento da própria Administração.
 - (E) admite discricionariedade quando a lei atribui à Administração a possibilidade de escolha de acordo com critérios de conveniência e oportunidade.
42. No funcionamento do Poder Judiciário, caso suas propostas orçamentárias sejam entregues em desacordo com o estabelecido pela lei das diretrizes orçamentárias, a correção será feita pelo Poder
- (A) Legislativo, por meio das comissões específicas do Congresso Nacional, em regime de urgência.
 - (B) Executivo, por meio de abertura de créditos especiais e outros suplementares.
 - (C) Judiciário, por meio das Presidências do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e de Justiça.
 - (D) Judiciário, dadas as prerrogativas constitucionais de autonomia administrativa e financeira.
 - (E) Executivo, que procederá os ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.



43. Segundo a Constituição Federal brasileira, considere:
- I. Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.
 - II. Apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal, na administração direta e indireta.
 - III. Realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos poderes da União.
 - IV. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

Constitui finalidade do controle interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o que consta em

- (A) IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

44. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, entende-se por inassiduidade habitual:

- (A) falta contínua ao serviço, sem causa justificada, por mais de dez dias consecutivos.
- (B) falta ao serviço, por sessenta ou mais dias, interpoladamente, durante um exercício fiscal.
- (C) ausência temporária ao serviço, que ocorra em período contínuo e por trinta dias.
- (D) falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
- (E) falta ou ausência contínuas ao serviço, que configuram desídia no exercício das funções públicas, ao longo de sessenta dias de um exercício fiscal.

Noções de Administração Financeira e Orçamentária

45. Em relação à Lei Orçamentária Anual, considere:
- I. Orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
 - II. Orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
 - III. Orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
 - IV. Orçamento Plurianual relativo aos programas de duração continuada referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta.
 - V. Orçamento Financeiro da União, dos Estados e dos Municípios.

A Lei Orçamentária da União deve compreender o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e V.
- (D) II e IV.
- (E) III, IV e V.

46. No setor público, o regime orçamentário reconhece a despesa orçamentária no exercício financeiro
- (A) da emissão do empenho e a receita orçamentária pela arrecadação.
 - (B) em que ocorreu seu fato gerador e a receita orçamentária pelo recolhimento.
 - (C) em que ocorreu seu fato gerador, o mesmo ocorrendo com a receita orçamentária.
 - (D) da liquidação e a receita orçamentária pela arrecadação.
 - (E) do pagamento e a receita orçamentária pelo fato gerador.

47. Os gastos com a aquisição de um veículo, para uso da diretoria de uma empresa de economia mista, deve ser reconhecido, no momento da aquisição, como

- (A) um ativo imobilizado.
- (B) uma despesa administrativa.
- (C) uma despesa com vendas.
- (D) um ativo circulante.
- (E) um ativo intangível.

48. Considere os seguintes indicadores de rentabilidade da empresa DIX:

Indicadores	X1	X2
Giro do Ativo	1,1	1,2
Margem Líquida	7%	6,3%
Rentabilidade do Ativo	7,7%	7,56%

Com base nessas informações, é correto afirmar:

- (A) De X1 para X2, a redução da margem líquida impactou negativamente a rentabilidade do ativo.
 - (B) Para cada R\$ 1,00 de investimento total, a empresa vendeu mais em X1 do que X2.
 - (C) Em X1, para cada R\$ 100,00 de receita líquida de vendas, a empresa obteve R\$ 7,70 de lucro líquido.
 - (D) Em X2, para cada R\$ 100,00 de investimento total, a empresa obteve R\$ 6,30 de lucro líquido.
 - (E) Para cada R\$ 100,00 vendidos, a empresa obteve maior lucro líquido em X2 do que em X1.
49. O princípio da universalidade do orçamento público determina que
- (A) todas as receitas e despesas do Estado devem estar agrupadas no orçamento fiscal contido na Lei Orçamentária Anual de cada ente federado, exceto as transferências constitucionais.
 - (B) a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
 - (C) a Lei Orçamentária Anual deve abranger o período de um ano, considerado o exercício financeiro para efeito de previsão das receitas e fixação das despesas.
 - (D) a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas de seus respectivos poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações, exceto aquelas oriundas de operações de crédito de longo prazo.
 - (E) todas as receitas e despesas de capital do Estado devem integrar o Plano Plurianual, inclusive aquelas das empresas públicas e empresas de economia mista.



50. Em relação à Contabilidade Aplicada ao Setor Público, considere:
- I. A contabilidade aplica, no processo gerador de informações, os princípios fundamentais de contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.
 - II. As normas brasileiras não devem ser obedecidas pelas autarquias e empresas públicas, desde que não sejam dependentes dos recursos do tesouro para o seu funcionamento.
 - III. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial e o levantamento dos balanços gerais.
 - IV. O sistema contábil representa a estrutura de informações sobre identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação dos atos e dos fatos da gestão do patrimônio público.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) III e IV.
-
51. Durante o exercício financeiro, o Secretário de Saúde necessitava alterar o orçamento para incluir a despesa com a aquisição de um aparelho de tomografia, não previsto no orçamento, mas viável em decorrência do excesso de arrecadação durante o exercício. Sabendo que a realização da despesa estava em conformidade com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual poderia ser alterada, desde que aprovado pelo Poder Legislativo, por meio
- (A) da abertura de créditos especiais.
 - (B) da abertura de créditos suplementares.
 - (C) da abertura de créditos extraordinários.
 - (D) do remanejamento de créditos orçamentários.
 - (E) da descentralização de créditos.

-
52. Para saber se existe superávit financeiro do exercício anterior com o intuito de decidir sobre a abertura de créditos adicionais deve-se consultar
- (A) o Balanço Orçamentário do exercício anterior.
 - (B) o Balanço Financeiro do exercício anterior.
 - (C) a Demonstração das Variações Patrimoniais.
 - (D) a Demonstração do Resultado Econômico.
 - (E) o Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Noções de Gestão de Pessoas

53. Conjunto de características cognitivas e atitudinais que faz com que uma pessoa seja vista e avaliada de uma determinada maneira:
- (A) Habilidade.
 - (B) Subjetividade.
 - (C) Postura.
 - (D) Identidade.
 - (E) Consciência.
-
54. Todo processo de seleção de pessoal baseia-se, fundamentalmente, na análise comparativa de dois campos:
- (A) características do cargo e exigências do candidato.
 - (B) exigências do cargo e características do candidato.
 - (C) características da função e exigências da organização.
 - (D) exigências da função e características da organização.
 - (E) características do cargo e exigências da função.



55. *Todo processo de treinamento envolve mudança; portanto, deve-se prever resistências naturais ao longo de todo o seu desenvolvimento.*
- É um pressuposto considerado
- (A) Artificial.
 - (B) Prático.
 - (C) Metodológico.
 - (D) Teórico.
 - (E) Pragmático.
-
56. Desempenho humano é diretamente proporcional a duas condições do ser humano: *o querer fazer e o saber fazer*. Conceitualmente, entende-se que *saber fazer* é a condição
- (A) explícita do desejo endógeno do indivíduo de realizar alguma coisa.
 - (B) cognitiva e experiencial que possibilita ao indivíduo realizar bem alguma coisa.
 - (C) implícita da vontade exógena do indivíduo de realizar alguma coisa.
 - (D) experiencial sob pressão que indica ao indivíduo para não realizar alguma coisa.
 - (E) valorativa que o indivíduo atribui ao seu esforço para motivar-se a fazer alguma coisa.
-
57. Os componentes da cultura organizacional que *são praticados com a finalidade de perpetuar, no dia a dia, os valores organizacionais e tornar a cultura mais coesa* denominam-se
- (A) Valores.
 - (B) Ritos.
 - (C) Mitos.
 - (D) Padrões.
 - (E) Tabus.
-
58. Em recursos humanos, a competência é utilizada como um acrônimo conhecido como CHA, isto é, uma forma de representar as palavras:
- (A) Confiança, Harmonia e Atitudes.
 - (B) Capacidades, Harmonia e Arejamento.
 - (C) Competitividade, Hierarquia e Atividades.
 - (D) Conhecimento, Habilidades e Atitudes.
 - (E) Colaboração, Habilidades e Autonomia.
-
59. A Administração de Recursos Humanos utiliza três formas de estimular o processo motivacional de um funcionário para agregar valor ao trabalho, dentre elas:
- (A) delegar tarefas que permitam ao funcionário atingir também seus objetivos pessoais.
 - (B) gerar autonomia para desenvolver as ideias das chefias para promover o alcance dos objetivos da organização.
 - (C) auxiliar o gerente a identificar recompensas que levem o funcionário a comprometer-se com a sua autoestima.
 - (D) reforçar, ocasionalmente, os resultados favoráveis com recompensas endógenas por parte da organização, como dinheiro ou promoções.
 - (E) gerar competências que permitam aos funcionários e seus gestores atingirem recompensas exógenas.
-
60. Os três passos do Modelo Sequencial, criado por Kurt Lewin, para a introdução das mudanças nas organizações são:
- (A) identificação, internalização e aceitação.
 - (B) coleta, análise e implantação.
 - (C) descongelamento, mudança e recongelamento.
 - (D) conflito, adaptação e novo conflito.
 - (E) tácito, explícito e variável.



DISCURSIVA – REDAÇÃO

Atenção: A Prova Discursiva-Redação deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.

Tradicionalmente, líderes da gestão pública são considerados lentos para inovar, devido à ênfase dada aos procedimentos estabelecidos e ao fato de se aterem a modos burocráticos de atuação. Isso não significa que sempre seja assim. Líderes da gestão pública podem se preocupar com os usuários, podem estar informados tanto sobre as novas tecnologias como sobre as possibilidades de melhoria de performance.

(Adaptado de Ivan Beck Ckagnazaroff, <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0043315.pdf>)

Considerando o que está transcrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

Gestão pública, burocracia e inovação

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	